

A produção do espaço num projeto de irrigação: paradoxo entre o fortalecimento da agricultura familiar e a intensificação da concentração fundiária.

Arnaldo Montalvão.

Cita:

Arnaldo Montalvão (2007). *A produção do espaço num projeto de irrigação: paradoxo entre o fortalecimento da agricultura familiar e a intensificação da concentração fundiária*. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-066/394>

XXVI Congreso Asociación Latinoamericana de Sociología (ALAS)

Guadalajara – 13 a 18 de Agosto/2007

**GT “Desarrollo Territorial, Regional y Local: Desigualdades y
Descentralización”**

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NUM PROJETO DE
IRRIGAÇÃO: PARADOXO ENTRE O FORTALECIMENTO
DA AGRICULTURA FAMILIAR E A INTENSIFICAÇÃO DA
CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA**

Arnaldo Mont’Alvão

(Mestrando em Sociologia/Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil)

ÍNDICE

I - Introdução.....	3
II - Contexto Histórico e Modelos de Desenvolvimento no Nordeste do Brasil, no Norte de Minas e no Jaíba.....	4
III - Produção do Espaço e Ambigüidades da Questão Agrária no Jaíba.....	10
IV – Considerações Finais.....	14
Referências Bibliográficas.....	15

Introdução

Este trabalho intenta discutir, a partir do estudo do caso do Projeto Jaíba – o maior projeto de irrigação da América Latina –, como projetos de irrigação concebidos para resolver o problema da agricultura de sobrevivência até então empreendida na região nordeste do Brasil, abrigam mecanismos que permitem a concentração fundiária dentro do seu perímetro.

Tais projetos, através da ocupação atomizada do espaço, procuraram proporcionar um modelo alternativo de empresa agrícola a sertanejos que se ocupavam de agricultura de subsistência em modelo extensivo. Através da superação dos entraves provocados pela seca, e pela ocupação e exploração intensiva do espaço, procurou-se equiparar essa experiência com a de países de capitalismo avançado. Assim, a morosidade das grandes propriedades patronais seria superada pela dinâmica da pequena propriedade familiar.

Todavia, conforme procurarei demonstrar, existem nestas áreas mecanismos que favorecem a concentração da terra. Ou seja, permanece no âmbito destes projetos uma das principais características da ocupação espacial no país, um alto índice de concentração fundiária.

O foco da pesquisa é sobre a agricultura familiar da etapa I do Projeto Jaíba, composta por cerca de 1360 famílias¹, cada uma ocupante de um lote de 5 hectares. Devido à necessidade de maior solidez das observações, e à impossibilidade de conhecimento do interior da área empresarial do Jaíba – composta por cerca de 130 pequenos, médios e grandes empresários – esse trabalho se restringirá aos cerca de 7 mil hectares de agricultura familiar ocupados pelas famílias de pequenos irrigantes.

A estratégia de investigação se desenvolveu basicamente a partir da articulação entre dados colhidos em trabalho de observação – assistida por técnicos da EMATER-MG – na área de agricultura familiar irrigada do projeto, e dados secundários de outras pesquisas realizadas na área.

Inicialmente, apresentarei um panorama do modelo de desenvolvimento no qual se insere o Projeto Jaíba, e em seqüência discutirei os mecanismos que atuam na permanência concentração fundiária.

¹ Dados fornecidos pelos técnicos da EMATER-MG durante o trabalho de observação, em Julho de 2005.

II - Contexto Histórico e Modelos de Desenvolvimento no Nordeste do Brasil, no Norte de Minas e no Jaíba

A formação econômica da região norte de Minas Gerais, semelhante à região nordeste do Brasil, tem sua base histórica na pecuária bovina e na cultura do algodão, ambas em caráter extensivo, mostrando-se, segundo Rodrigues (1998), como projeção da economia açucareira, pois sua produção se destinava, principalmente, ao abastecimento dos engenhos do litoral. Com o retraimento da economia açucareira, a produção procurou novas vias de acesso, chegando mesmo a abastecer as indústrias têxteis inglesas após a Guerra de Secessão nos EUA. Para Aguiar (1980), a revolução industrial inglesa, ao invés de propiciar uma revolução para a industrialização do Cariri, cedeu lugar a outro modelo interpretativo do processo industrial no Brasil, reforçando, de fato, o mercantilismo da região e fomentando a consolidação de manufaturas locais.

A maior parte da região norte de Minas Gerais, por suas características físicas, sociais e econômicas semelhantes à região nordeste do Brasil, esteve sob a tutela da SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste) desde sua criação em 1959. A SUDENE procurou impulsionar uma política de industrialização pela qual o setor público visava superar o desequilíbrio estrutural entre o nordeste e o centro-sul.²

Dessa forma, o modelo de desenvolvimento aí experimentado se deu através da interferência direta do Estado, na tentativa de atrair investimentos através de vultuosos incentivos fiscais, sendo o mais importante o artigo 34 18 da SUDENE, que permitia a pessoas jurídicas aplicar 50% do seu imposto de renda em projetos industriais ou agrícolas localizados na área (Gervaise, 1975; Aguiar, 1980).

A ação da SUDENE visava a elevação da renda no setor primário, a ampliação do mercado de produtos industriais e uma maior oferta de alimentos a um menor preço. No entanto, durante a década de 60, a política de incentivos fiscais favoreceu projetos que não

² Celso Furtado, um dos idealizadores da SUDENE, acreditava na necessidade de ações que criassem, no setor primário, formas de convivência com as estiagens prolongadas, que tivessem em conta as especificidades ecológicas regionais. Percebendo a questão do nordeste como problema social e econômico, parte de um processo histórico, ao invés de problema físico-geográfico, indicou que a solução dessa questão estava na agricultura, ao invés da indústria, já que a regularidade na oferta de alimentos atenuaria os efeitos da seca (Furtado, 1959).

geraram um número significativo de empregos capaz de reter a mão-de-obra antes dedicada à agricultura de subsistência (Rodrigues, 1998).

Em 1964 foi criado o FINOR (Fundo de Investimento no Nordeste) – medida de grande impacto – que oferecia incentivos fiscais e financeiros à iniciativa privada que se instalasse na região, com o intuito de modernizar o setor agropecuário. Entretanto, tal medida gerou distorções desfavoráveis aos pequenos agricultores da região ao impulsionar investimentos na pecuária de corte e reflorestamento, atividades que tendem à concentração de terra e geração mínima de postos de trabalho. Enquanto um efeito perverso dos incentivos fiscais aplicados em projetos de desenvolvimento implementados na região, tais incentivos levaram à concentração de capital nos grandes empreendimentos, reduzindo as possibilidades de financiamento dos pequenos agricultores da região (Gervaise, 1975; Rodrigues, 1998).

Noutra via, ainda nos anos 60 – estudo realizado entre 1964 e 1967 em convênio com a SUDENE – a USAID³ divulgou relatório no qual detectou a existência de 3 milhões de hectares potencialmente irrigáveis em toda a região nordeste. Com esse diagnóstico, segundo Gervaise (1975), expande-se a idéia de que os projetos de irrigação são o elemento essencial de uma futura unidade econômica regional.

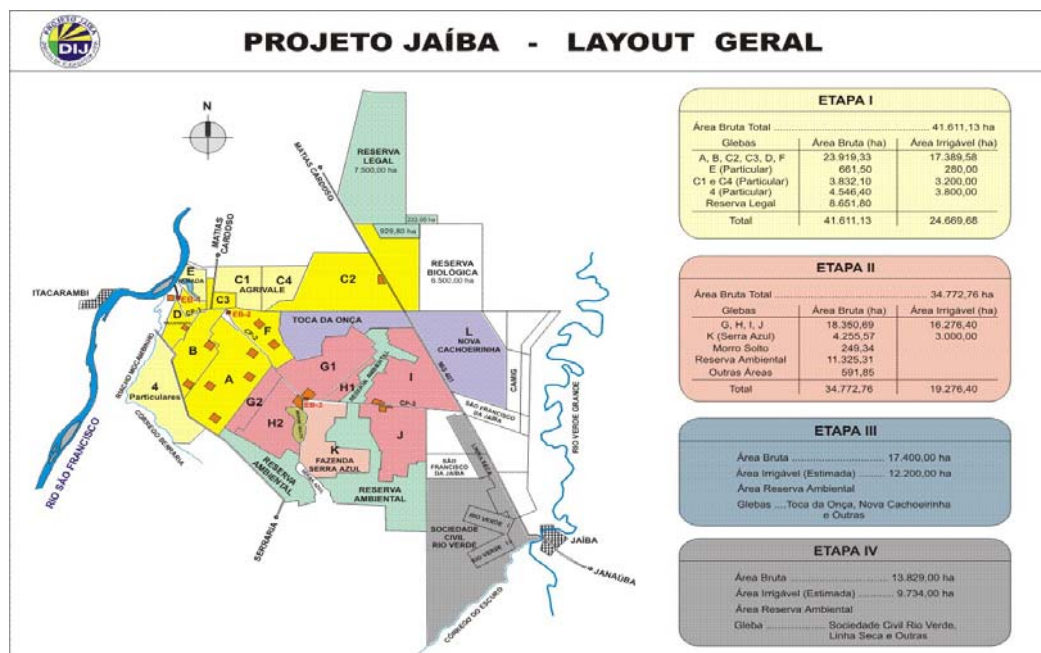
A partir de recursos do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), estabelecido pelo Governo Geisel, em 1975 iniciaram-se as grandes obras de irrigação com captação de água do Rio São Francisco que comporiam o Projeto Jaíba, com conclusão prevista para 1981, mas que só foram concluídas sete anos mais tarde, em 1988. A área utilizada para implantação do projeto situava-se, na época, entre os municípios de Manga e Monte Azul, mas estes sofreram desmembramento em 1992, dando origem aos municípios de Jaíba e Matias Cardoso, nos quais se situa hoje o Projeto Jaíba. Essa área, anteriormente ocupada por uma mata de transição entre cerrado e caatinga – a Mata da Jaíba, da qual hoje resta uma pequena parte em forma de reserva legal –, já sofria tentativas de colonização desde a década de 50, quando o INIC (Instituto Nacional de Imigração e Colonização) – órgão que antecedeu o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) – fixou na mata uma colônia agrícola para 200 famílias em lotes de 25 a 30 has para cada uma (Gervaise, 1975; Rodrigues, 1980). Sem suporte governamental e sem a propriedade definitiva da terra, a iniciativa não mudou a configuração da economia local, abandonando os colonos aos conflitos com os antigos

habitantes da região. Em 1966, o Bureau of Reclamation – órgão do governo dos EUA – indicou a possibilidade de se implantar a agricultura irrigada em 100 mil hectares e ainda desenvolver agricultura de sequeiro noutros 130 mil hectares na área antes perpetrada pela ação do INIC. A Ruralminas implantou então, na década de 70, um projeto piloto, o chamado “Projeto Mocambinho”, instalando 35 famílias em 200 hectares de terra, destinando cerca de 5,7 has para cada uma no modelo de colonização dirigida.

Considerando a experiência como positiva, o governo estadual aliou-se ao federal através de recursos do II PND – Governo Geisel – e ampliou o projeto para sua atual configuração. O planejamento inicial previa a instalação de 100 mil hectares de área irrigada e mais 130 mil hectares de área destinada à agricultura de sequeiro. A implantação deste projeto ambicioso se daria em 4 etapas seqüenciais, das quais a primeira ainda está em processo de implantação, apesar de o planejamento inicial prever o início da segunda no ano de 2002 (ver layout geral da implantação do Projeto Jaíba).

A presença do Estado no projeto se fez de forma ambígua desde o início: à entrada maciça de capitais a partir de meados da década de 70 sucede-se a paralisação das obras no início dos anos 80 devido à falta de recursos. Esse período foi marcado pela incerteza de competência nas disputas estatais entre a Ruralminas (Fundação Rural Mineira: Colonização e Desenvolvimento), empresa vinculada ao governo do estado que foi a responsável pela execução do projeto até 1988, e a Codevasf (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco) que, criada em 1974, era vinculada à SUDENE e procurava viabilizar projetos de desenvolvimento na região, e que se tornou a responsável pela administração do projeto a partir de 1988 ao lado do recém-criado Distrito de Irrigação do Jaíba (DIJ) em 1989, responsável pela manutenção da infra-estrutura do projeto.

³ A USAID foi a responsável, de acordo com Aguiar (1980), pela implementação de um ambicioso e “desastroso” projeto de industrialização na região do Cariri cearense na década de 60.



Layout geral do Projeto Jaíba

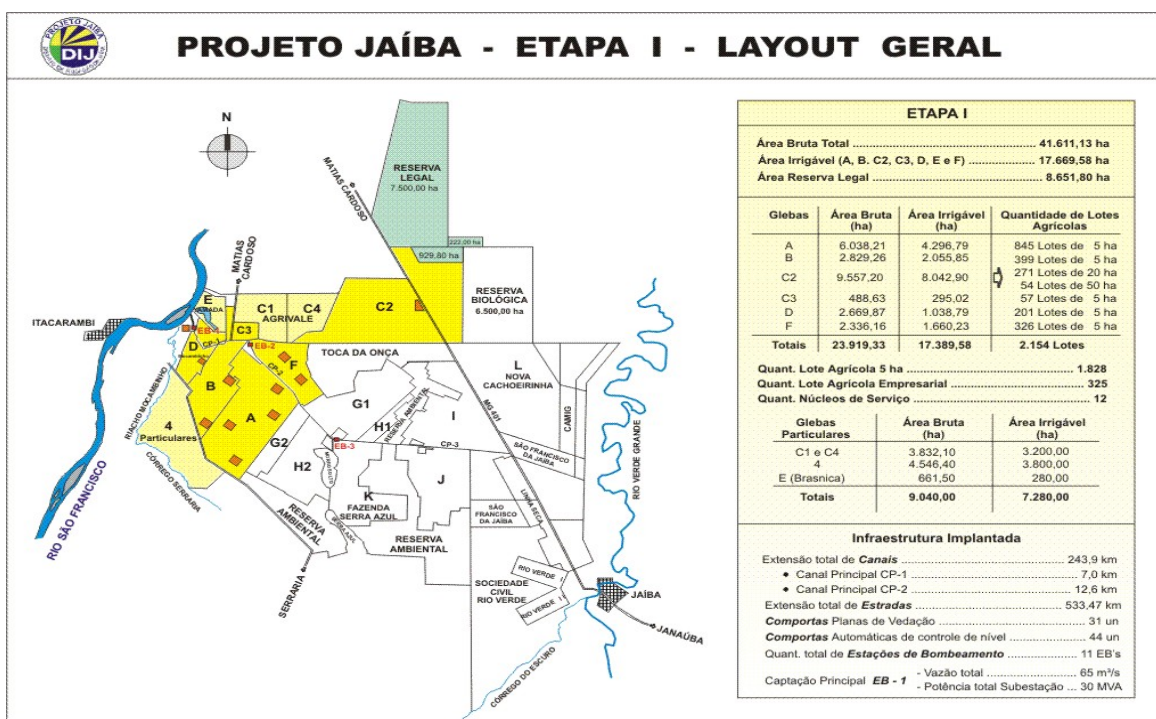
Fonte: < www.projetojaiba.com.br >

A retomada das obras em meados da década de 80 estendeu sua conclusão para o ano de 1988, marcado pela entrada do Banco Mundial com cerca de US\$ 158 milhões, e uma contrapartida nacional de US\$ 87 milhões.⁴ O financiamento do Banco Mundial foi decisivo para a atual configuração do Jaíba pelo redirecionamento que proporcionou à atividade produtiva, ou seja: a) impulsionou o desenvolvimento da fruticultura – superando, gradativamente, a área destinada às culturas tradicionais da região, tais como milho, feijão, mandioca entre outras – que permite ao agricultor agregar maior valor a seu produto e aumentar o nível de renda; b) propiciou uma política social mais voltada à assistência aos agricultores familiares, aos quais seriam destinados lotes de cinco hectares para cada família, em cinco glebas na etapa I do projeto (ver layout geral da etapa I do Jaíba).

O suporte financeiro do Banco Mundial e a entrada da CODEVASF como nova gerenciadora do Jaíba significaram a prioridade ao assentamento, a assistência técnica e social aos agricultores. No entanto, foi respeitado o projeto original em relação à distribuição proporcional de terras, através do qual 70% da área do projeto seria destinada a

⁴ Estes recursos destinados a financiar a infra-estrutura do projeto dividiram-se, segundo Rodrigues (1998), da seguinte forma: obras civis (34%), bens e equipamentos (21%), consultoria e outros serviços (29%), operação do Distrito de Irrigação (6%) e contingências (10%).

empreendimentos empresariais e os 30% restantes aos agricultores familiares. A etapa I corresponde a uma área de cerca de 40 mil has, dos quais, em números oficiais dos técnicos da EMATER-MG, 6780 has potencialmente irrigáveis estão ocupados por 1356 famílias de agricultores, cada uma com um lote de 5 has de um total de cerca de 16 mil has potencialmente irrigáveis – distribuídos nas glebas A, B, C3, D e F. Os pequenos, médios e grandes empresários são aproximadamente 130, divididos em lotes que variam de 20 a 50 has, além das imensas áreas ocupadas por grupos empresariais – glebas C1, C2 e E, ocupadas, por agroempresas, pequenos e médios empresários. Estas glebas ocupam mais da metade da área da etapa I do Jaíba e utilizam mais de 50% da água disponível para irrigação.



Layout geral da etapa I do Jaíba

Fonte: < www.projetajaiba.com.br >

Por conseguinte, retenho a atenção para o fato de a idéia da implantação de um pólo de desenvolvimento agrícola na Mata da Jaíba atravessar décadas e sofrer, durante sua execução, mudanças de orientação social, técnica, política e econômica, causadas tanto por transformações na macropolítica econômica do país quanto por disputas internas entre as instituições incumbidas de coordenar o projeto, ou mesmo devido às pressões sociais que

cobram melhores condições e maior atenção para os habitantes do meio rural (ver o quadro sobre mudanças de orientação na implementação do Jaíba).

Mudanças de Orientação na Implementação do Jaíba		
Ano / Década	Instituição	Ação
1952	INIC	Fixação de colônia agrícola para 200 famílias: não houve apoio governamental, não mudou a configuração local
1974	RURALMINAS	Implantação do Projeto Piloto “Mocambinho”: melhorias de infra-estrutura local
1975	União dos governos estadual e federal	Criação da CODEVASF
Fim da Década de 70	RURALMINAS E CODEVASF	Disputas pelo poder de condução na implementação do Projeto
1987	CODEVASF	Passa a ser a responsável pelo desenvolvimento geral do Projeto: maior denotação social
1988	Banco Mundial	Financiou a atual configuração do Projeto Jaíba: direcionamento produtivo para a fruticultura, maior atenção aos problemas dos agricultores, mas manteve a distribuição original de terras que previa 70% delas para empresários

1988	DIJ	Criado no intuito de promover a democratização das práticas pela participação do irrigante no processo decisório
------	-----	--

Visto de um panorama geral, desde a década de 50, os projetos de reforma e colonização agrária empreendidos pelo poder público se caracterizam pela amplitude e pelo caráter global das reformas propostas. Para Gervaise, “eles não tiveram realização efetiva ou fracassaram por falta de realismo, por subestimar as dificuldades a serem encontradas ou mais simplesmente, por falta de continuidade” (1975: 106).

Após essa apresentação do modelo no qual se insere o Jaíba, passarei agora à discussão mais substancial das questões que perpassam o interior do projeto, principalmente no que concerne aos mecanismos de (re)produção do espaço.

III - Produção do Espaço e Ambigüidades da Questão Agrária no Jaíba

Uma vertente importante do pensamento sociológico enxerga o espaço como composto por relações sociais extensivamente urbanas. Francisco de Oliveira (1978) já alertava, na década de 70, que a urbanização da economia e sociedade brasileiras nada mais é senão a extensão a todos os recantos e setores da vida nacional das relações capitalistas e que, embora seja ainda, em muitos casos, apenas uma tendência, sua marca é peculiar, pois já não se pode voltar atrás, haja visto que o processo de acumulação, levado às suas últimas conseqüências, fez o que se tentou evitar, ou seja, erodiu por completo as diferenças no processo de reprodução do capital entre a cidade e o campo, e assim, já não há mais problema agrário, agora se trata do problema urbano em escala nacional.

A defesa atual de uma sociedade brasileira integralmente urbana é feita por Monte-Mór (2003), que chama de “urbanização extensiva” essa espacialidade social resultante do encontro explosivo da indústria com a cidade – o urbano – que se estende com as relações de produção (e sua reprodução) por todo o espaço onde as condições gerais (e consumo) determinadas pelo capitalismo industrial de Estado se impõem à sociedade burocrática de consumo dirigido

carregando, entretanto, no seu bojo, a reação e organização políticas que são próprias da cidade. Para esse autor, essa é “a realidade – a sociedade urbana – que se impõe hoje como virtualidade e objetividade no Brasil, constituindo-se em condição para a compreensão do espaço social contemporâneo” (2003: 260).

Todavia, trato aqui de um mundo rural compreendido como universo socialmente integrado ao conjunto da sociedade brasileira e ao contexto atual das relações internacionais, mas que se move num espaço específico, entendido tanto como espaço físico diferenciado como espaço construído socialmente, “resultante especialmente da ocupação do território, das formas de dominação social que tem como base material a estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais” (Wanderley, 2001: 32). Postulo então que a concentração de terras no meio rural brasileiro é remanescente de uma estrutura arcaica de relações sociais e econômicas, ao mesmo tempo em que abrange a nova estrutura de um capitalismo monopolista que busca estratégias de viabilização da monocultura no país.

Como já citei no tópico anterior, cada família ocupa um lote com 5 has no Projeto Jaíba. Entretanto, como apontam Buainain, Romeiro e Guanzioli (2003), a má distribuição da propriedade da terra é a principal distorção da estrutura fundiária no Brasil, indicando que entre os agricultores familiares, um número significativo é proprietário de um lote menor que 5 has, tamanho que, na maior parte do país, dificulta, senão inviabiliza, a exploração sustentável dos estabelecimentos agropecuários, sendo necessários pelo menos 10 has por família. Acrescentam que, excluindo atividades de subsistência, a sustentabilidade das pequenas propriedades é crescentemente condicionada pela inserção em determinadas cadeias produtivas, pela localização econômica e grau de capitalização.

Nesse sentido, Rodrigues (1998) observa que o Projeto Jaíba ignora um fator importante que perpassa pelas teorias da acumulação, o de que um lote de 5 hectares é insuficiente para que o agregado familiar consiga o excedente da produção sobre o consumo necessário à reprodução da força de trabalho.⁵ Suprir esse déficit mínimo de 5 hectares para cada família não é uma tarefa que se tem tentado empreender, pois, tudo indica que o poder público garante o mínimo de infra-estrutura possível necessária à reprodução e fixação dos agricultores no Projeto. Surge então a necessidade de capitalização para manutenção da produção intensiva – existem taxas mensais de água e luz a serem pagas para manutenção da

irrigação além dos insumos e equipamentos necessários que a produção em regime intensivo requer – e, assim, o endividamento através dos bancos é quase certo.

Segundo Wanderley (2001), a perda de vitalidade dos espaços rurais, que gera o que se pode chamar de “questão rural” na atualidade, emerge precisamente, quando se ampliam no meio rural os “espaços vazios”, e estes, no Brasil, são, antes de mais nada, “a consequência direta da predominância da grande propriedade patronal” (2001: 36).

É relevante destacar a importância do patrimônio fundiário familiar e das estratégias para constituí-lo e reproduzi-lo, sobretudo em um processo que valorize a identidade territorial (Wanderley, 2001). A estratégia de fixação dos agricultores por parte das agências responsáveis pelo Jaíba, no entanto, parecem não oferecer condições favoráveis para valorização do território, uma vez que em algumas glebas a residência é contígua ao lote – área A, por exemplo – e, em geral nas mais antigas, a residência situa-se em núcleos habitacionais – Frente III na área D, NH1 e NH2 na área F, por exemplo.

Rodrigues (1998) indicou-nos que a área que circunda o Projeto Jaíba apresenta um grau de concentração fundiária superior à média da região norte de Minas Gerais e mesmo à da região nordeste do Brasil. Apesar de não estar nas bases de constituição do projeto, a tendência gradativa a uma elevada concentração fundiária na área de sequeiro indica este como um outro efeito perverso de projetos de colonização do tipo orientado.

O projeto abrange duas perspectivas diferenciadas em relação aos agricultores familiares: a colonização dirigida, na qual implantou-se sistema de irrigação – a partir de 1988 e estruturada para irrigar aproximadamente 100 mil ha –, caracterizada pela interferência direta do Estado e da assistência técnica desde sua implantação; e a colonização orientada, modelo direcionado à área do projeto onde se desenvolve agricultura de sequeiro – área de aproximadamente 130 mil ha – na qual houve apenas acompanhamento técnico, sem intervenção estatal.

Todavia, por quê, teoricamente, a concentração não é aparente na área de irrigação destinada à agricultura familiar? Em princípio, a monitoração permanente das atividades no perímetro irrigado por agências governamentais – Ruralminas, Codevasf, DIJ – e pela assistência técnica – EMATER-MG –, tenderia a impedir o processo de concentração de lotes por fazendeiros da região ou mesmo por empresas agropecuárias. Entretanto, o trabalho de

⁵ Para a autora, “para cobrir as necessidades básicas, necessita-se, no mínimo, de 10 hectares” (Rodrigues, 1998:

observação efetuado na área do projeto permitiu a percepção de uma espécie de concentração “virtual” da terra, pela qual alguns agricultores utilizam nomes de parentes para adquirir lotes de outros proprietários já desiludidos e, principalmente, por empresas que estabelecem acordos com muitos agricultores e adquirem sua produção – em geral de sementes de hortaliças⁶ - em troca de insumos e assistência técnica e garantia de compra ao final da colheita.

Já no final da década de 90, antes do governo de Minas Gerais conferir prioridade ao Jaíba como projeto de desenvolvimento regional, Rodrigues (1998) havia detectado que o maior impacto do Projeto na estrutura social da região havia sido a criação de uma massa de proletários no campo. Para esta pesquisadora, a intenção do Estado ao promover a instalação de perímetros irrigados seria a de criar condições para atrair investimentos privados. Dessa forma, beneficiaria a população com a criação de emprego e não com o acesso a terra. Assim, “o Estado intervém de modo desfavorável ao trabalhador agrícola ao deixar que a iniciativa privada dirija a atividade produtiva com base em suas regras de organização” (Rodrigues, 1998: 110).

No entanto, a alta capitalização, e conseqüente mecanização da área empresarial, inviabiliza uma política de expansão da atração da mão de obra e, aliada à concentração física e virtual do espaço no Jaíba, limita as possibilidades de diversificação de atividades para além da agropecuária.

Aguiar (1980) evidencia como essa tendência ao monopólio é uma característica constitutiva do capitalismo brasileiro, ao contrário daqueles que, apoiando-se no liberalismo, privilegiam a competição. Por outro lado, é impossível afirmar que a intervenção do Estado no Jaíba se dá no intuito exclusivo de favorecer o capital privado com vistas a monopólios e à concentração de terras. Ao mesmo tempo em que mantém uma relação histórica de paternalismo com os agricultores da região, deixa lacunas para penetração da iniciativa privada. O espaço que se produz no Jaíba é assim marcado por essas lacunas, assegurando brechas para a concentração virtual de terras e monopolização virtual da produção por parte de empresas que efetivam acordos com os agricultores. Para os agricultores, esses acordos representam a possibilidade de garantir a permanência no Jaíba.

109)

⁶ O Projeto Jaiba é hoje a maior área produtora de sementes de hortaliças do estado e uma das maiores do Brasil (EMATER, 2004).

IV – Considerações Finais

A irrigação traz a possibilidade de superar entraves naturais que regulam os ciclos de plantio e colheita, e de dinamizar a articulação entre a produção agrícola e sua indústria de transformação. Todavia, observa-se uma tendência à expansão da monocultura da banana,⁷ o que, segundo Rodrigues (1998), leva-se ao questionamento sobre uma controvérsia: “a especialização (monocultura) é economicamente mais viável para os pequenos produtores obterem níveis mais elevados de renda ou a diversificação (policultura) pode contribuir para maior estabilização da renda, diminuindo os riscos de mercado?” (1998: 159).

Numa região onde historicamente predominou a exploração agropecuária em regime extensivo e de caráter diversificado, a mudança para a exploração intensiva de uma monocultura indica uma conformação da produção local às exigências do mercado internacional. Nesse sentido, a expansão da fruticultura pode ser decisiva para a consolidação do Jaíba como um pólo de agronegócios conectado ao mercado global. Por outro lado, a monocultura no projeto, aliada à elevação da concentração de terras, leva-nos a questionar se o desenvolvimento da agricultura deve perpassar necessariamente pelo caminho da monocultura. Como aponta Veiga (2002), a agricultura de ponta produz o avesso do ambiente propício ao dinamismo econômico, uma vez que, ao basear-se geralmente em monoculturas, não favorecem o dinamismo regional. A tendência à monocultura da banana que a força dos órgãos públicos e do atrelamento ao mercado imprimem à agricultura do Jaíba podem contribuir para a falta de dinamismo da produção do projeto e entram a diversificação da produção.

Gervaise (1975) acredita que a ocupação extensiva do espaço permaneceu, no norte de Minas, mais como um modo de vida do que como processo criador. Para este autor, a fraqueza da infra-estrutura da região se traduz pela “dificuldade que o homem encontra em dominar e organizar o espaço regional” (1975: 30), já que ocupa e interfere de forma extensiva no sertão mineiro. Sob esse ponto-de-vista, a ocupação intensiva do espaço e produção primária em caráter intensivo possibilitariam o domínio do espaço e o desenvolvimento da região. Entretanto, as tentativas dos gestores do Jaíba nessa direção mostram-se cheias de

ambigüidades, já que não há garantias que a capitalização resolva os entraves à melhoria das condições proporcionadas à agricultura da região.

A concentração fundiária configura-se como uma brecha cedida por políticas públicas ambíguas, que, acabam por reproduzir uma política do espaço que predomina historicamente em todo o espaço nacional. O atrelamento do produtor a essas agroempresas significa, ao mesmo tempo a possibilidade do agricultor continuar produzindo, significa também a limitação do seu poder de decisão sobre o quê e como produzir, sendo obrigado a adequar-se às exigências do mercado.

Então, a tentativa de transformação da agricultura de subsistência em agricultura comercial transpõe como processo inacabado. Ao mesmo tempo em que integrou-se mais ao mercado capitalista, permaneceu como agricultura de subsistência para muitos agricultores, processo ambíguo e digno de estudos mais aprofundados a serem desenvolvidos posteriormente. De acordo com Buainain, Romeiro e Guanziroli (2003), para enfrentar essa situação, não é possível continuar com a política de apagar incêndios via assentamentos de reforma agrária e de apoio localizado à agricultura familiar, é necessária uma série muito mais ampla e diversa de políticas, que inclui desde o agrícola até educação.

Como nos lembra Andrade (1993), desenvolvimento e modernização, sobretudo, não são atingidos, pura e simplesmente, quando se alcança soluções técnicas, tais como o emprego de tecnologia, insumos e implementos, mas é preciso atingir, sobretudo, os problemas sociais do homem do campo, do pequeno agricultor, que enfrenta dificuldades tão ou mais sérias que as das populações marginalizadas das cidades. A questão fundiária é ainda um dos obstáculos para a dinamização da agricultura no país e merece maior atenção, se se quer implantar uma política de justiça social no campo, ainda grande responsável pelo sustento das cidades brasileiras.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo-Campinas: Hucitec/UNICAMP, 1998.

⁷ O Projeto Jaíba é hoje o maior produtor de bananas de Minas Gerais, além da cebola e das sementes de hortaliças.

- AGUIAR, Neuma. *Tempo de transformação no nordeste*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- ANDRADE, Soraia M. *Projeto Jaíba: a experiência de pequenos agricultores com cultura irrigada no sertão mineiro*. (Dissertação de mestrado) 155 pp. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 1993.
- BUAINAIN, Antônio Márcio; ROMEIRO, Ademar R.; GUANZIROLI, Carlos. “Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural”. In *Sociologias*. Porto Alegre, ano 5, no. 10, jul/dez 2003, p. 312-347.
- EMATER-MG. *Relatório anual do escritório Mocambinho*. Jaíba: Dezembro de 2004.
- FURTADO, Celso. *A operação nordeste*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.
- GERVAISE, Yves. *A transformação agrária do nordeste meridional (norte de minas gerais)*. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 1975. (publicação especial)
- MONTE-MÓR, Roberto L. “Outras fronteiras: novas espacialidades na urbanização brasileira”. In Leonardo B. Castriota (org.), *Urbanização brasileira: redescobertas*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2003, pp. 260-271.
- OLIVEIRA, Francisco. “Acumulação monopolista, estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes”. In J. A. Moysés, V. Martinez-Allier, F. Oliveira e S. Souza, *Contradições urbanas e movimentos sociais*. São Paulo: co-edição Cedec/Paz e Terra, 1978, pp. 65-76.
- RODRIGUES, Luciene. *Investimento agrícola e o grande projeto jaíba: uma interpretação: 1970-1996*. (tese de doutorado) 337 pp. São Paulo: FFLCH/USP, 1998.
- VEIGA, J. E. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Ed. Autores Associados, 2002.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. “A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural”. In GIARRACA, Norma. *Uma nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: Clacso, 2001.